



FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO: Maria das Neves Temafela Oliveira e Olívio Oliveira

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 5/4/1943, Cabrália Paulista (SP)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: estudante

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Movimento de Libertação Popular (Molipo)

DATA E LOCAL DE DESAPARECIMENTO: 5/11/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no interior do estado de São Paulo, Francisco estudou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), onde era conhecido como “Chico Dialético”. Em 1969, integrou-se à Ação Libertadora Nacional (ALN) e passou a ser perseguido pelos órgãos da repressão. Na sequência, participou de treinamento de guerrilha em Cuba. No início de 1971, já como militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo), retornou clandestinamente ao Brasil. Foi morto aos 28 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais não foram localizados, embora haja indícios de que esteja entre as ossadas encontradas na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo (SP).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 18 de março de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte, e ocultação do cadáver de Francisco José de Oliveira. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Com a abertura da vala clandestina de Perus, em 4 de setembro de 1990, fruto das investigações dos familiares, iniciou-se uma nova frente de pesquisas. Suspeita-se de que os restos mortais de Francisco José estejam entre as 1.049 ossadas retiradas da vala e aguardando identificação. Em 2011, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um inquérito sob o nº 1.34.001.007781/2011-81, para investigar o homicídio e ocultação de cadáver de Francisco.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Francisco José de Oliveira foi morto no dia 5 de novembro de 1971, após ser baleado em uma operação dos órgãos da repressão. Maria Augusta Thomaz, que estava com Francisco na ocasião, conseguiu fugir, tendo relatado, à época, que viu o companheiro ser atingido por disparos dos policiais. Maria Augusta desapareceu no ano de 1973, em Goiás.

De acordo com a falsa versão apresentada pelos órgãos da repressão, no dia 5 de novembro de 1971, por volta das 14 horas, Francisco teria sido cercado na rua Turiassu, zona oeste da cidade de São Paulo, por uma equipe de agentes a serviço do DOI-CODI do II Exército, comandada pelo delegado Antônio Vilela, quando foi “morto em tiroteio” ao “reagir a tiros”.

Contudo, a partir das investigações empreendidas, tal versão restou desconstruída. Segundo o relatório elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Francisco foi ferido durante o cerco policial, mas tentou fugir, quando foi ferido inúmeras vezes à queima-roupa, além de espancado pelos agentes diante de inúmeros populares. Foi, então, jogado dentro do porta-malas de um carro, ficando com uma de suas pernas estirada para fora. Os agentes bateram violentamente a porta sobre as pernas de Francisco, fraturando-as. Posteriormente, Francisco foi levado para a rua Tutóia, 921, sede do DOI-CODI/II, onde morreu sob torturas.

A requisição de exame necroscópico, datada de 5 de novembro, foi feita sob o nome de Dario Marcondes, o nome assumido por Francisco durante a clandestinidade. Na ficha do necrotério consta que o corpo de Francisco foi recebido no dia 4 do mesmo mês pelo médico-legista Luiz Alves Ferreira, e sepultado no dia 6 no Cemitério Dom Bosco. No exame necroscópico, realizado no dia 5 de novembro pelos médicos-legistas Mário Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, constam mais de dez entradas de projéteis de arma de fogo em seu corpo, sendo a morte ocasionada por “choque traumático com hemorragia interna”. As investigações, realizadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, demonstram a contradição flagrante entre o laudo de exame necroscópico, que não descreve edemas e escoriações no rosto de Francisco, e a foto do IML, onde é possível ver claramente tais sinais.

Apesar de o atestado de óbito e o exame necroscópico registrarem o nome de Francisco como “Dario Marcondes”, há dois documentos do Serviço de Informações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que indicam o conhecimento das autoridades sobre a sua verdadeira identidade, informando ainda a sua morte. Apesar da identificação dos órgãos da repressão, ora com nome

falso ou verdadeiro, as fotos de seu cadáver são encaminhadas com identidade “desconhecida”.

O corpo de Francisco José de Oliveira foi encaminhado para o Cemitério de Dom Bosco, construído pela Prefeitura de São Paulo, em 1971, tendo sido enterrado como indigente, durante a gestão da Prefeitura Municipal por Paulo Maluf. Em 1976, os cadáveres de pessoas não identificadas, indigentes e vítimas da repressão política foram transferidos para uma vala clandestina, conhecida como vala de Perus. Em 1990, a vala foi descoberta e foram encontradas 1.049 ossadas. De acordo com os registros do cemitério, os restos mortais de Francisco estariam nessa vala, mas suas ossadas ainda estão pendentes de identificação.

Considerando a data do documento em que Francisco José de Oliveira deu entrada no necrotério (anterior a sua prisão e morte no DOI-CODI); o uso do nome falso e fotografado como desconhecido, apesar de plenamente identificado pelos órgãos de segurança; o corpo ter sido enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo (SP); e o laudo necroscópico não descrever lesões claramente produzidas por tortura e evidentes em fotografias; a CEMDP concluiu que a falsa versão, apresentada à época dos fatos, foi uma tentativa de ocultar a prisão, tortura e morte de Francisco. Diante da morte e ausência de identificação plena de seus restos mortais, a Comissão Nacional da Verdade, ao conferir tratamento jurídico mais adequado ao caso, entende que Francisco José de Oliveira permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rua Turiassu, cidade de São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

**1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S)
ENVOLVIDO(S) NO DESAPARECIMENTO
E NA MORTE**

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comando do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello
Chefe de Estado Maior do II Exército:

general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva
Comandante da 2ª Região Militar: general de Divisão Fernando Belfort Bethlem
Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna do II Exército (CODI II): major Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Antônio Vilela.	DOI-CODI/SP.	Delegado.	Responsável pela ação que culminou com a prisão, tortura e assassinato de Francisco.	São Paulo (SP).	<i>Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)</i> , p. 288.
José Henrique da Fonseca.	IML/SP.	Médico-legista.	Falsificação de laudo necroscópico, tanto no que tange às omissões de informações acerca dos traumas existentes no rosto quanto às demais informações, como nome falso e diversas informações falsas a fim de ocultar a prisão, tortura e morte.	São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 12-17
Mário Nelson Matte.	IML/SP.	Médico-legista.	Falsificação de laudo necroscópico, tanto no que tange às omissões de informações acerca dos traumas existentes no rosto do cadáver quanto às demais informações, como nome falso (a fim de ocultar a prisão), tortura e morte.	São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 12-17
Arnaldo Siqueira.	IML/SP.	Diretor.	Responsável pelo IML e, assim, responsável pela confecção do laudo necroscópico falso.	São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 12-17
Jair Romeu.	IML/SP.	Administrador de necrotério.	Era o responsável pelo necrotério. Assim, foi o responsável pela saída do corpo e sepultamento em vala clandestina.	São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 12-17

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, Gabinete do ministro da Justiça: BR_DFANBSB_VAX_0_0_0001_d20024, p. 7.	Mem. 26, de 16/01/1974.	Ministério da Justiça.	Relatório da CIDH relata as circunstâncias da morte de Francisco José de Oliveira.
Arquivo Nacional, SNIG AC_ ACE_109623_75_001, p. 31.	Pedido de busca nº 0569, de 14/03/1975.	Cenimar.	Informa que Francisco foi morto na rua Turiassu ao “reagir a tiros”.
Arquivo Nacional, CEMDP BR_ DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 12.	Requisição de exame, de 5/11/1971.	IML.	Requisita a realização de exame necroscópico.
Arquivo Nacional, CEMDP BR_ DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 13.	Entrada no necrotério, de 4/11/1971.	IML.	Ficha de entrada no necrotério para sepultamento no Cemitério de Perus.
Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_ AT0_0034_0008, pp. 15-17.	Exame necroscópico, de 5/11/1971.	IML.	Mostra as entradas de projéteis de arma de fogo no corpo de Francisco.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 24.	Comunicação, de 3/11/1972.	DOPS.	Informa a circunstância oficial para a morte de Francisco, com o registro correto de seu nome.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 25.	Fichário individual, sem data.	DOPS.	Indica informações sobre Francisco, com a data de sua morte e seu nome correto.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 21.	5/11/1971.	IML.	Foto do cadáver de Francisco com a identidade constando como desconhecida.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Francisco José de Oliveira morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido para a CNV, uma vez que seus restos mortais não foram plenamente identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito, o prosseguimento das buscas, para fins de localização e identificação dos restos mortais de Francisco José de Oliveira, e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos no caso.